



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**SABRINA KONKEL**

**EVASÃO ESCOLAR NAS TURMAS DE ENSINO MÉDIO DAS ESCOLAS  
PÚBLICAS BRASILEIRAS**

**CURITIBA**

**2016**

**SABRINA KONKEL**

**EVASÃO ESCOLAR NAS TURMAS DE ENSINO MÉDIO DAS ESCOLAS  
PÚBLICAS BRASILEIRAS**

Trabalho de Conclusão de Curso de  
especialização em Educação, Pobreza e  
Desigualdade Social pela Universidade Federal do  
Paraná.

Orientadora: Ires Aparecida Falcade

**CURITIBA**

**2016**

# **EVASÃO ESCOLAR NAS TURMAS DE ENSINO MÉDIO DAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS**

SABRINA KONKEL

**Resumo:** Este artigo teve o propósito de identificar os fatores que contribuem para a evasão escolar em Escolas Públicas nas turmas de Ensino Médio Brasileiras, foram constatados diversos fatores como responsáveis por este problema social como: objetivos não atingidos na prática pedagógica, repetência, fatores sociais, econômicos, culturais que interferem na conclusão dos estudos de inúmeros/as estudantes. Considerando a abrangência do assunto e o quanto já vem sendo discutido, pretende-se fazer um recorte dos aspectos psicossociais, buscando embasamento teórico, relacionando-os com algumas variáveis, como: necessidade do estudante trabalhar, métodos de ensino, influência da família na decisão de estudar ou trabalhar, e, assim, compreender o porquê dos/as estudantes deixarem a escola. O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, que teve como fonte livros, jornais, revistas, documentos de domínio público, sites. Dentre os muitos autores que tratam dessa questão, buscou-se, principalmente, as contribuições de teóricos como: Moacir Gadotti, Vygotsky, documentos oficiais brasileiros e Paulo Freire.

**Palavras-chave:** Evasão Escolar; Desafios do Ensino Médio; Professores/as.

## **1 INTRODUÇÃO**

A preocupação com a evasão justifica-se pois, quaisquer que sejam os motivos, os/as estudantes fora das salas de aulas estão perdendo a oportunidade de interagir com outras pessoas num ambiente letrado, deixando de construir o próprio conhecimento e impedidos de buscarem e adquirirem habilidades, permanecendo, assim, sob a opressão da ignorância. Para Paulo Freire (1987, p.34):

Os oprimidos, que introjetam a 'sombra' dos opressores e seguem suas pautas, temem a liberdade, na medida em que esta, implicando a expulsão desta sombra, exigiria deles que 'preenchessem' o 'vazio' deixado pela expulsão com outro 'conteúdo' – o de sua autonomia. O de sua responsabilidade, sem o que não seriam livres. A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal, fora dos homens, ao qual inclusive eles se alienam. Não é idéia que se faça mito. É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos.

Neste artigo pretende-se apresentar as causas e consequências da evasão escolar dos/as estudantes das turmas de Ensino Médio de Escolas Públicas.

A evasão escolar é um fenômeno que vem preocupando a comunidade escolar. Os esforços medidos pelas escolas, direção e equipe pedagógica não está sendo o suficiente para suprir esta demanda de estudantes evadidos/as.

Muitas estatísticas apresentam o número elevado de estudantes brasileiros que não estão se beneficiando da educação pública, seja por que não tem acesso aos bancos escolares, seja por que já passaram pela escola, mas não permaneceram, seja por que ainda fazem parte de seu corpo discente, porém integram o grande número de estudantes repetentes que estão inseridos fora de sua idade série.

Não se pode negar que as escolas públicas vem ampliando significativamente seus números de vagas e matrículas, mas não podemos negar também que as escolas não estão conseguindo ensinar seus conteúdos escolares à maioria dos/as estudantes que a procuram. Um dos motivos que levam cerca de milhares de estudantes abandoná-la.

Para entender e interferir no problema que a evasão escolar das escolas públicas brasileiras vem vivenciando atualmente, é preciso desconstruir e repensar constantemente as verdades construídas pelos/as pesquisadores/as, e assumir assim uma atitude crítica e reflexiva diante dos conhecimentos produzidos acerca deste tema. Destaca-se assim a situação semelhante citada por Freire (1982, p.86):

O próprio fato de tê-lo reconhecido como o tal me obrigou a assumir em face dele uma atitude crítica e não ingênua. Essa atitude crítica em si própria, implica na penetração na “intimidade” mesma do tema, no sentido de desvelá-lo mais e mais. Assim, {...} ao ser a resposta que procuro das ao desafio, se torna outro desafio a seus próprios leitores. É que minha atitude crítica em face do tema me engaje num ato de conhecimento.

Das principais causas que levam estudantes abandonarem a escola estão relacionados a questões cognitivas, psicoemocionais, fatores socioeconômicos, institucionais, políticos e sociais.

## 2 EDUCAÇÃO COMO DIREITO

Sabemos que a educação é um direito de todos/as, garantida pela Constituição Federal de 1988 em seu Art.205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

É responsabilidade de todos/as, do Poder Público, Família, Escola, Sociedade e Entidades Públicas, garantir, incentivar, dar condições e manter os/as estudantes na escola.

Com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (Lei nº 9.394/96) em seu artigo nº. 21, o Ensino Médio tornou-se a etapa final da Educação Básica sendo gratuita nas escolas públicas. Atualmente temos milhares de estudantes brasileiros prosseguindo seus estudos, buscando ampliar novos conhecimentos acadêmicos, melhor se qualificando para o mercado de trabalho, ou prosseguindo sua vida acadêmica, índice que tem melhorado a cada ano com as políticas públicas articuladas com outros setores públicos da Rede de Proteção a criança e adolescente. Porém temos ainda, uma taxa elevada de estudantes que no decorrer de sua vida escolar, tem esta oportunidade e possibilidade interrompida.

Muitos/as estudantes não estão conseguindo concluir estes últimos três anos da etapa da Educação Básica. Para Fanfani (2000), esta situação está desencadeando uma crise na educação pública nas turmas de ensino médio, com escassez de uma proposta pedagógica adequada e de qualidade, que supra a demanda dos/as novos/as estudantes que estão chegando hoje nas escolas.

Sobretudo, a ausência de sentidos da experiência escolar para uma porção significativa de adolescentes e jovens latino-americanos (em especial aqueles que provem de grupos sociais excluídos e subordinados) que tem dificuldades para ingressar, progredir e se desenvolver em instituições que não foram feitas para eles (FANFANI,2000,p.02)

Para Sotto Maior Neto (2004, p.68)

A escola, deverá sempre representar (...), um espaço democrático e emancipatório por excelência, constituindo-se, juntamente com a família, em extraordinária agência de socialização do ser humano, destinada aos propósitos de formação, valorização e respeito ao semelhante.

Como o ensino médio é a etapa final da educação básica, este ensino deveria visar as necessidades do mercado de trabalho, visto que temos muitos estudantes que escolhem trabalhar e não concluir os estudos, devido a sua condição econômica e social. Se tivéssemos um acesso maior a uma educação de qualidade que formassem os/as jovens para vida, acredita-se que seria um atrativo maior para mantê-los nas escolas.

## **2.1 A pobreza e os direitos humanos no currículo das escolas públicas nas turmas do Ensino Médio.**

Atualmente as escolas públicas adotam um sistema pedagógico clássico que não atende aos anseios das classes populares, por não se adequarem ao seu cotidiano e sua vivência prática, e por não vislumbrarem uma educação voltada para um outro modelo de sociedade.

[...] a pobreza extrema e a exclusão social constituem uma violação da dignidade humana e que são necessárias medidas urgentes para alcançar um melhor conhecimento sobre a pobreza extrema e as suas causas, incluindo as relacionadas com o problema do desenvolvimento, por forma a implementar os Direitos do homem dos mais pobres, a colocar um fim à pobreza extrema e à exclusão social e a promover o gozo dos frutos do progresso social. (DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DE VIENA, 1993, p. 7)

As escolas públicas não estão preparadas em seus currículos escolares para debaterem assuntos básicos relacionados a pobreza, cultura e direitos humanos. Sendo assim, a escola visa legitimar o atual sistema excludente, formando indivíduos para atuar nele como ser passivo e não a ser atuante e questionador das regras impostas por uma minoria.

Na Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, em 1993, foi discutido a importância da inclusão do tema nos programas educacionais, apelando aos Estados para que assumam essa tarefa.

A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos reafirma que os Estados estão moralmente obrigados, conforme estipulado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e noutros instrumentos internacionais sobre Direitos Humanos, a garantir que a educação tenha o objetivo de reforçar o respeito pelos Direitos Humanos e as liberdades fundamentais [...] A educação deverá promover a compreensão, a tolerância, a paz e as relações amigáveis entre as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, e encorajar o desenvolvimento de atividades das Nações Unidas na prossecução desses objetivos. (DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DE VIENA, 1993, p. 9)

Educar em e para os direitos humanos, este é o desafio lançado pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) que procura cumprir nacionalmente a meta estabelecida internacionalmente pela ONU e UNESCO. Entretanto, introduzir tal temática na malha curricular das escolas públicas não é fácil. Por conta disto não podemos evitar tal discussão. Como se coloca no PNEDH: “Em tempos difíceis e conturbados por inúmeros conflitos, nada mais urgente e necessário que educar em direitos humanos”. (BRASIL, 2007, p. 14).

A implementação do PNEDH visa:

sobretudo, [...] difundir a cultura de direitos humanos no país. Essa ação prevê a disseminação de valores solidários, cooperativos e de justiça social, uma vez que o processo de redemocratização requer o fortalecimento da sociedade civil, a fim de que seja capaz de identificar anseios e demandas, transformando-as em conquistas que só serão efetivadas, de fato, na medida em que forem incorporadas pelo estado brasileiro como políticas públicas universais. (BRASIL, 2007, p.18).

O PNEDH surge então, como um importante documento, o qual busca a legitimação da Educação em Direitos Humanos nas escolas, onde estão as bases para o desenvolvimento de uma educação capaz de promover uma cultura de paz, de respeito à dignidade humana, propondo um modelo diferente de reações e convivência escolar. Propõe uma forma efetivamente democrática e cooperativa para aprender respeitando as diversidades nela existentes.

Buscando abordar e vivenciar em sala de aula temas e experiências de promoção e exercício da cidadania plena, onde busquem uma reflexão ou autoanálise do contexto social em que estão inserido/as os/as estudantes:

a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político; d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações. (BRASIL, 2007, p. 25)

As escolas públicas precisam oferecer para os/as estudantes um currículo onde estes, possam se identificar, reconhecendo suas necessidades, valorizando suas angústias e conflitos pessoais, bem como seus anseios e sua realidade.

Esse tipo de estratégias atua fundamentalmente no plano cognitivo, quando muito oferece informações, ideias e conceitos atualizados, mas não leva em consideração as histórias de vida e experiências dos participantes e dificilmente colaboram para a mudança de atitudes, comportamentos e mentalidades. Em geral, no melhor dos casos, propiciam espaços de sensibilização e motivação para as questões de Direitos Humanos, mas seu caráter propriamente formativo é muito frágil. (CANDAU, 2008, p. 291)

Ao se referir e falar em pobreza, vulnerabilidade e desigualdade social, o tema e prática escolar de respeito aos direitos humanos, como eixo articulador do currículo, vai muito além de giz e aula tradicional com temas que lhe são correspondentes. A ideia principal na organização de todo o processo pedagógico, é a dignidade humana. Portanto não trata-se apenas de construir uma didática em que a educação trate dos direitos humanos como tema. Também não basta que se organize um processo pedagógico da educação os para direitos humanos como uma disciplina ou hora cívica por exemplo. É necessário organizar a implantação de um processo de Educação de modo a propiciar, já no processo educativo, experiências em que seja possível vivenciar os direitos humanos e o respeito incondicional à dignidade humana e



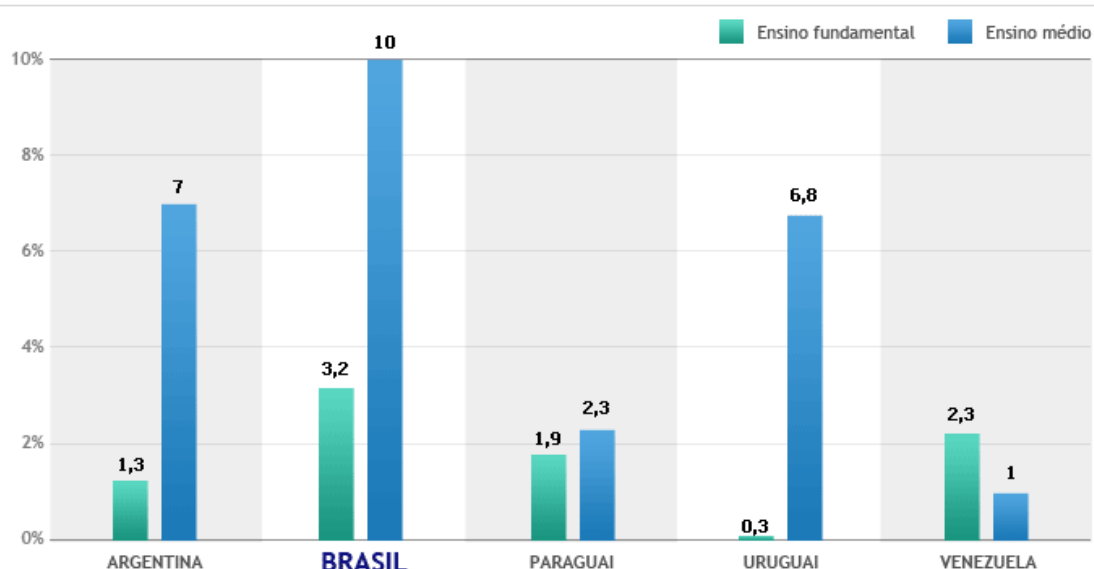
às suas diversidades, experiências, realidades e saberes, aliando a conteúdos e temáticas abordadas em sala de aula, para que o/a estudante sinta-se introduzido neste ambiente escolar, que faça parte desta comunidade escolar, se sinta valorizado e instigado a estar neste espaço por sentir que este é importante e fundamental para seu desenvolvimento e melhoria de vida.

Uma política emancipatória dos Direitos Humanos deve saber distinguir entre a luta pela igualdade e a luta pelo reconhecimento igualitário das diferenças, a fim de poder travar ambas as lutas eficazmente [...] Temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza. (SANTOS, 2009, p. 15, 18)

## 2.2 Fracasso escolar: repetência e a evasão escolar.

Sabemos que as estatísticas que norteiam a Educação Brasileira não são muito satisfatórias. Determinados indicadores apresentam uma vasta caminhada que precisamos percorrer para suprir esta necessidade de melhorar. Pois comparados com outros países, o Brasil está no ranque entre os primeiros em relação à evasão escolar.

**Brasil é campeão em abandono escolar entre os países do Mercosul**  
Pessoas que abandonam os estudos (em %)



Fonte: IBGE; Síntese dos Indicadores Sociais

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística) o Brasil tem a maior índice (ver gráfico) de evasão escolar de todos os países que compõem o Merco Sul. A maioria dos/as estudantes do Ensino Médio deixam as salas de aulas por fatores sociais, culturais, políticos e principalmente econômicos.

A evasão escolar no Ensino Médio tem ainda como aliado a repetência escolar, que também é um motivo agravante para esta situação. A este respeito Vasconcelos (1996) discorre:

A escola brasileira não está ensinando no sentido dialético do tema: há ensino quando há aprendizagem. Prova disto são os elevadíssimos índices de reprovação, as absurdas taxas de evasão escolar ou os indicadores de qualidade de ensino médio (estamos entre os piores do mundo). (VASCONCELOS, 1996, p.01.)

A evasão e a repetência escolar em nosso país vem sendo um grande desafio para as escolas públicas, pois os motivos e consequências estão unidos a nossa distribuição de renda desigual, com a situação econômica que se encontra a nossa sociedade.

Há ainda neste temática a justificativa cultural, o meio em que o/a estudante esta inserido/a, se provém de uma família humilde que não valorize os estudos, tem poucas chances de conclui-los “a vivência real da exclusão é constituída por uma multiplicidade de dolorosas experiências cotidianas de privações, de limitações, de anulações e, também, de inclusões enganadoras” (MARTINS, 2000, p.21).

Para Sotto Maior Neto (2004, p. 68)

[...] É sobretudo na escola que a criança e o adolescente encontram condições de enriquecimento no campo das relações interpessoais, de desenvolvimento do senso critico, de consciência da responsabilidade social, do sentimento de solidariedade e de participação, de exercício da criatividade, de manifestações franca e livre do pensamento, de desenvolvimento, em necessário preparo ao pleno exercício da cidadania.

Acredita-se que a educação é um processo pelo qual o indivíduo transforma a sua história, encontrando um rumo para sua vida. Aprendendo, criando ou buscando soluções, pintando ou reinventando, enfrentando e vencendo obstáculos, frustrando-se, reinventando-se, assumindo as consequências das escolhas feitas.

### **2.3 (Des) Caminhada do Ensino Médio.**

Atualmente no Brasil muitos adolescentes e jovens abandonam as salas de aulas para ingressar no mundo do trabalho, sendo sua prioridade a sobrevivência e as melhorias imediatas e não sua educação e seu futuro.

A heterogeneidade e a rigidez das estruturas econômicas; a concentração do progresso técnico e da riqueza acumulada; os elevados índices de desigualdade regional e social de renda; um mercado interno relativamente limitado em face de seu porte demográfico. (PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1993, p.20)

Sabemos que a evasão escolar não é um problema restrito aos muros escolares, mas sim ao sistema em que nosso país se encontra. Os/as estudantes precisam tomar decisões drásticas entre abandonar seus estudos ou ajudar no sustento seu e de suas famílias, ou ainda a melhorar sua qualidade de vida, percebemos que os/as estudantes de Ensino Médio não conseguem conciliar o trabalho com os estudos, por que optam em trabalhar e ter seu próprio dinheiro, questão de sobrevivência num mundo capitalista que dita e impõe a satisfação de necessidades imediatas. Muitas vezes utilizados para suprir suas necessidades básicas, como comida, roupas, calçados e recursos tecnológicos.

Para Krawczyk (2009,p.09)

A evasão, que se mantém nos últimos anos, após uma política de aumento significativo da matrícula no ensino médio, nos revela uma crise de legitimidade da escola que resulta não apenas da crise econômica ou do declínio da utilidade social dos diplomas, mas também da falta de outras motivações para os alunos continuarem seus estudos.

Percebe-se que Krawczyk nos remete a uma reflexão bem interessante, ao percebemos que nosso país tem uma distribuição de renda muito desigual, desproporcional, descabida, onde algumas camadas sociais têm muito mais oportunidades, possibilidades e direitos que outras, com estruturas financeiras muito desiguais, muitas vezes ter um diploma de ensino médio e não ter um bom calçado ou uma roupa melhor não significa um futuro mais promissor para aquele momento.

Essa situação vem se tornando alarmante, pois estamos falando de jovens que estão perdendo a oportunidade de uma vida cultural e social. São futuros trabalhadores/as despreparados/as para as necessidades do mundo do trabalho. A desqualificação põe a margem, exclui quem não atende a demanda social da sociedade globalizada. Esta situação acaba gerando um número maior de trabalhadores/as informais que não tem seus direitos básicos como carteira registrada, décimo terceiro, férias, mas em contrapartida estes/as jovens não tem a formação necessária para ocupar uma vaga onde exija-se um perfil mais qualificado.

Para Soares (2005, p. 122) “os direitos são necessariamente para todas as pessoas e grupos sociais e, em função disso, são estruturalmente universais e gerais” percebemos que o Brasil já vem desenvolvendo diversas políticas públicas com estratégias de enfrentar os problemas relacionados a evasão escolar. Na tentativa de diminuir os índices de crianças e jovens evadidos o Governo Federal desenvolveu o Programa Bolsa Família regulamentado pela Lei nº10.219, na tentativa de erradicar a fome em nosso país, em contrapartida a este programa as famílias são orientadas a garantir a permanência do/a estudante na escola.

A Medida Provisória nº 411/07, foi criada pelo Governo Federal com o objetivo de promover a reintegração de Jovens ao processo educacional com uma qualificação profissional e seu desenvolvimento humano e social através das modalidades: Serviço Socioeducativo (atividade para estudante em conflito com a lei), Projovem adolescente (cria condições de inserção e permanência do jovem no ambiente

escolar), Projovem urbano (inserção, conclusão e formação profissional de jovens maiores de 18 anos na escola), Projovem trabalhador (visa trazer oportunidades profissionais), Projovem do campo-saberes da terra(oferece qualificação profissional e escolar a estudantes agricultores).

ProEMI Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, instituído pela portaria nº1.140 de 22/11/2013 representa uma articulação entre a coordenação de ações e estratégias da União, governos estaduais e federais para implantar uma política de qualidade que eleve os padrões desta modalidade das escolas públicas brasileiras.

ProEMI Programa Ensino Médio Inovador, regulamentado pela Portaria nº 971, de 9/10/2009, integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, como estratégia do Governo Federal para propiciar e estimular a reestruturação dos currículos do Ensino Médio. Com o objetivo de fortalecer e reestruturar a proposta curricular, ampliando o tempo dos/as estudantes na escola.

Já na meta 8 do Plano Nacional de Educação (2004, p.11) nos deparamos com a seguinte proposta:

elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

O número de matrículas para o Ensino Médio vem aumentando significativamente, já, no entanto os/as estudantes que concluem esta etapa dos estudos é muito inferior ao número de matrículas no início deste processo e etapa.

Os projetos e programas que o Governo Brasileiro vem desenvolvendo não deixam de ser estratégias materializadas com o objetivo de diminuir a taxa de evasão escolar, e formar cidadãos/ãs objetivados a ingressar no mundo do trabalho imediatamente.

A política pública deve fortalecer sistemas educacionais inclusivos em todas as etapas, viabilizando acesso pleno à educação básica obrigatória e gratuita. A juventude (jovens e jovens adultos, conforme o Estatuto da Juventude) do campo, das regiões mais pobres e a negra devem ganhar centralidade nas medidas voltadas à elevação da escolaridade, de forma a equalizar os anos de estudo em relação aos demais recortes populacionais. Os estados e os municípios devem se organizar e entender esses desafios como compromissos com a equidade, contando com o apoio federal para viabilizar o atendimento das pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2014, P.11/12)

É necessário que à educação se articule com os entes federativos e respectivos sistemas de ensino para uma melhor estruturação das políticas públicas voltadas para a igualdade social, de modo a garantir a elevação dos anos de escolarização dos/as estudantes brasileiros/as com um olhar diferenciado para às populações do campo, negra e mais pobre, que estão em uma maior vulnerabilidade social.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer deste artigo, apresentamos inúmeras justificativas, para entender o motivo que leva os/as estudantes das escolas públicas brasileiras abandonarem as salas de aulas. Dentre tantos estão no topo os fatores econômicos, sociais, estruturas familiares são os mais referenciados no decorrer do trabalho.

Mas conclui-se que a Evasão Escolar é um problema “social”, que envolve toda a sociedade em que o/a estudante vive. Mas de nada adianta, ficarmos buscando á quem atribuir à culpa, precisamos sim conscientizar a sociedade para juntos buscarmos estratégias para sanar este problema ou pelo menos amenizar os danos que vem causando.

A escola, a família e o/a estudante não podem assumir sozinho/a esta responsabilidade. O Estado precisa buscar mecanismos e mais subsídios para atender melhor esta demanda de estudantes desprovidos de uma educação de qualidade e estrutura social e econômica.

A maioria dos/as jovens que está na escola ou até os que retornaram, tem relação com as transformações que vem ocorrendo no cenário do trabalho, por isso voltamos a reafirmar a importância do Estado investir em educação e qualificação profissional pública de qualidade e de fácil acesso para que os/as estudantes busquem esta qualificação.

Já em relação com a escola/docentes os/as mesmos/as precisam criar mecanismos em que ensinem o/a estudante para vida, que o conteúdo em que esteja sendo ministrado em sala de aula tenha relação com a vida, com o meio social em que eles/as estejam vivendo, para que estes/as jovens estudantes possam se apropriar de novos saberes. Estas práticas pedagógicas precisam suprir os novos anseios que os/as estudantes vem buscando atualmente.

Precisamos buscar alternativas que propiciem a escola, a família e ao/a estudante a compreensão entre a relação interna e externa que estes espaços dispõem, os quais interferem significativamente no processo de ensino-aprendizagem, que consequentemente impacta na vida sócio-econômica, cultural das futuras gerações.

Repensar nossa sociedade, estabelecendo ações de forma articulada, em redes de proteção, com todos os setores da sociedade, tendo como parâmetro principal o ser humano e não mais um número nas estatísticas de evasão e repetência escolar, no sentido de uma educação humanizada e não capitalista.

Nesse sentido (AQUINO,1997) afirma que cabe á escola , transformar parte do fracasso, da exclusão, da pobreza, da desigualdade social em credibilidade e competência para estes/as estudantes. A escola precisa provar para estes/as estudantes que todos tem potencial, que são capazes de vencer os obstáculos que a sociedade impõe.

Para Libâneo, citado por Gadotti (1994, p.12):

A pedagogia liberal sustenta a idéia de que a escola tem função de preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais. Para isso, os indivíduos precisam aprender a adaptar-se aos valores e às normas vigentes na sociedade de classes, através do desenvolvimento da cultura individual (...) A ênfase no aspecto cultural esconde a realidade das diferenças de classes, pois, embora difunda a idéia de igualdade de oportunidades, não leva em conta a desigualdade de condições.

É preciso ensinar estes/as estudantes de maneira que os mesmos possam lutar contra as adversidades que a vida lhes impõe, referentes às relações econômicas, sociais e culturais.

Estudar é um ato social, portanto próprio do ser humano em sociedade inserido em um meio. Daí a necessidade de estar no ambiente escolar, interagindo com outras pessoas, tendo a oportunidade de ter contato com um mundo cultural. Para REGO apud Vygotsky (1995, p.41):

As funções psicológicas superiores, que são características do ser humano, por um lado, estão ancoradas nas características biológicas da espécie humana e, por outro lado, são desenvolvidas ao longo de sua história social. É o grupo social que fornece o material (signos e instrumentos) que possibilita o desenvolvimento das atividades psicológicas. Isso significa que se deve analisar o reflexo do mundo exterior no mundo interior dos indivíduos a partir da interação destes com a realidade. Para que o indivíduo se constitua como pessoa, é fundamental que ele se insira num determinado ambiente cultural. As mudanças que ocorrem nele, ao longo de seu desenvolvimento, estão ligadas à interação dele com a cultura e a História da sociedade da qual faz parte. Por isso, o aprendizado envolve sempre a interação com outros indivíduos e a interferência direta ou indireta deles.

O ato de aprender precisa ser cercado por condições que favoreçam sua ida, frequência, permanência e sucesso na escola. Por isso precisamos que toda a sociedade colabore para que os/as estudantes tenham a possibilidade de concluir seus estudos de uma maneira digna. Melhorando a vida e propiciando um desenvolvimento saudável a seus/suas cidadãos/ãs estará melhorando e desenvolvendo a sociedade conseqüentemente.

#### 4 REFERÊNCIAS:

AQUINO, Júlio Groppa. **O mal-estar na escola contemporânea: erro e fracasso em questão**. AQUINO, J. G. (Org.). In: Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas. 4. ed. São Paulo: Summus, 1997, p. 91-110.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Justiça; Unesco, 2007.



Disponível

em:

[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom\\_docman%26task%3Ddoc\\_download%26gid%3D2191&ei=l4T4VK2iKc3OsQSa6oKQDg&usq=AFQjCNHMXg7go4HqeICd1aY4CVg2XUSTBg&sig2=Cloq0BloUuWPERCEDG0mqg](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D2191&ei=l4T4VK2iKc3OsQSa6oKQDg&usq=AFQjCNHMXg7go4HqeICd1aY4CVg2XUSTBg&sig2=Cloq0BloUuWPERCEDG0mqg). Acesso em: 5 mar. 2015.

BRASIL. **Constituição da Republica Federal do Brasil**. São Paulo:Javoli,1986.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes de Bases da Educação**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>

BRASIL. (Org.). **Plano Nacional de Educação** (2011-2020): avaliação e perspectivas. Goiânia: Editora da UFG/Autêntica, 2011

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República.

CARRANO, P. C; DAYRELL, J. “**Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessa de um outro mundo**”. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25ª, 2002, Caxambu (MG), GT 3 Movimentos Sociais e Educação. Disponível em: . Acesso em: 12 jun. 2011. p. 1-15.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Educação em Direitos Humanos: questões pedagógicas. In: BITTAR, Eduardo C. B. (Org.). **Educação e metodologia para os Direitos Humanos**. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2008. p. 285-298.

**DECLARAÇÃO DE DIREITOS DO BOM POVO DE VIRGÍNIA**, 1776. Universidade de São Paulo: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, 2015. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das->

[Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-bom-povo-de-virginia-1776.html](http://www.abnp.org.br/textos/275.htm)>. Acesso em: 9 mar. 2015.

FANFANI, Emílio Tenti. **Culturas jovens e cultura escolar. Documento apresentado no seminário “Escola Jovem: um novo olhar sobre o Ensino Médio”**. Ministério da Educação. Brasília, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 184 p.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico brasileiro**. 5ª. Ed. São Paulo: Ática, 1994. 173 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos Humanos: o desafio da interculturalidade. **Revista Direitos Humanos**, Brasília, v. 2, p. 10-18, jun. 2009. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/revistas/a\\_pdf/revista\\_sedh\\_dh\\_02.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/revistas/a_pdf/revista_sedh_dh_02.pdf)>. Acesso em: 5 mar. 2015.

KRAWCZYK, N. **O Ensino médio no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2009. (Coleção Em Questão, 6)

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. 142 p.

SOTTO, Maior, Neto. **Ato Infracional, medidas sócio-educativas, e o papel de justiça, na disciplina educacional**. Disponível em <http://www.abnp.org.br/textos/275.htm>

SOARES, Edla. **Bases para uma política pública de educação do campo.** 2005. São Paulo.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Avaliação: do que é proibido reprovar ao é preciso ensinar.** Conferência proferida no Seminário sobre as Práticas Avaliativas nas Primeiras Séries das Escolas públicas, CAIED - Coordenadoria de Avaliação e Inovação Educacional, Série Estudos, Pesquisas, Inovações. Fortaleza, 1996.